



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO**  
**GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

**SEVERINO DE LIMA**

**SANTO AGOSTINHO E SUA FILOSOFIA POLÍTICA COMO FORÇA PARA  
CONSTRUIR NOVAS PERSPECTIVAS SOCIAL E ESPIRITUAL**

**CUIABÁ**  
**MATO GROSSO**  
**2023**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO**  
**GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

**SEVERINO DE LIMA**

**SANTO AGOSTINHO E SUA FILOSOFIA POLÍTICA COMO FORÇA PARA  
CONSTRUIR NOVAS PERSPECTIVAS SOCIAL E ESPIRITUAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Universidade Federal de Mato Grosso como requisito para obtenção do título de Graduado em Filosofia.

**CUIABÁ**  
**MATO GROSSO**  
**2023**

A Deus e a minha família pelo apoio incondicional.

## **AGRADECIMENTOS**

À Deus por me conceder a vida da qual desfruto todos os dias. Aos meus amigos que sempre me apoiaram.

Agradeço ao meu professor pela orientação do trabalho, pelo auxílio devotado a mim, todo suporte técnico, atenção e dedicação, durante todo o decorrer deste trabalho.

Agradeço aos professores que fizeram parte da minha formação acadêmica, que durante todos esses anos transmitiram seus conhecimentos para que hoje eu pudesse concluir essa fase.

"A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele"

(Paulo Freire)

## RESUMO

De acordo com Agostinho, Deus projetou todos os humanos para viverem juntos no “vínculo da paz”. O que nos levou ao interesse de aprofundar o estudo, desenvolvendo a seguinte problemática: Qual a filosofia política de Santo Agostinho? O presente estudo tem como objetivo analisar a filosofia política de Agostinho através de uma pesquisa exploratória qualitativa. Aurelius Agostinus, Agostinho de Hipona ou Santo Agostinho foi um dos filósofos da filosofia patrística, considerado um dos pais ou um dos doutores da Igreja Católica. Tanto a visão de mundo político de Agostinho quanto sua abordagem da guerra incorporam sua concepção de paz. De acordo com Agostinho, Deus projetou todos os humanos para viverem juntos no “vínculo da paz”. O pensamento político de Santo Agostinho costuma ser interpretado pelos leitores modernos como sugerindo que a política é baseada no pecado. Em Agostinho e a política como saudade do mundo, Agostinho realmente considerava a vida política um bem substantivo que satisfaz um anseio humano por uma espécie de totalidade. É surpreendente que o pensamento político contemporâneo tenha dado relativamente pouca atenção a Santo Agostinho. Ao avaliar o potencial para um “governo mundial”, a perspectiva agostiniana é inestimável.

**Palavras-chave:** Agostinho, filosofia, política.

## ABSTRACT

According to Augustine, God designed all humans to live together in the “bond of peace”. Which led us to the interest of deepening the study, developing the following problem: What is the political philosophy of Saint Augustine? This study aims to analyze Augustine's political philosophy through qualitative exploratory research. Aurelius Agostinus, Augustine of Hippo or Saint Augustine was one of the philosophers of patristic philosophy, considered one of the fathers or one of the doctors of the Catholic Church. Both Augustine's political worldview and his approach to war embody his conception of peace. According to Augustine, God designed all humans to live together in the “bond of peace”. St. Augustine's political thinking is often interpreted by modern readers as suggesting that politics is based on sin. In *Augustine and Politics as Nostalgia for the World*, Augustine considered political life to be a substantive good that satisfies a human longing for a kind of wholeness. It is surprising that contemporary political thought has paid relatively little attention to St. Augustine. In assessing the potential for a “world government,” the Augustinian perspective is invaluable.

**Keywords:** Augustine, philosophy, politics.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	09
2. BIOGRAFIA DE SANTO AGOSTINHO.....	11
3. A FILOSOFIA POLÍTICA DE SANTO AGOSTINHO.....	18
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
REFERÊNCIAS.....	28

## 1. INTRODUÇÃO

Agostinho foi talvez o maior filósofo cristão da Antiguidade e certamente aquele que exerceu a influência mais profunda e duradoura. Ele é um santo da Igreja Católica, e sua autoridade em assuntos teológicos foi universalmente aceita na Idade Média latina e permaneceu, na tradição cristã ocidental, praticamente incontestada até o século XIX. O impacto de seus pontos de vista sobre pecado, graça, liberdade e sexualidade na cultura ocidental dificilmente pode ser superestimado. Esses pontos de vista, profundamente em desacordo com a antiga tradição filosófica e cultural, provocaram críticas ainda que ferozes na vida de Agostinho e, novamente, foram vigorosamente opostas nos séculos XX e XXI de vários pontos de vista. Ao longo de seu trabalho, ele se envolve com a filosofia pré e não-cristã, muito da qual ele conhecia em primeira mão. O platonismo em particular permaneceu um ingrediente decisivo de seu pensamento. Ele é, portanto, melhor lido como um filósofo cristão da antiguidade tardia moldado e em constante diálogo com a tradição clássica. muito do que ele sabia de primeira mão.

Do pensamento antigo Agostinho herdou a noção de que a filosofia é amor à sabedoria, ou seja, uma tentativa de buscar a felicidade – ou, como pensadores da antiguidade tardia, tanto pagãos quanto cristãos, gostavam de dizer, salvação - buscando discernimento sobre a verdadeira natureza das coisas e vivendo de acordo. Este tipo de filosofia ele enfaticamente endossa, especialmente em seus primeiros trabalhos. Sua obra mais famosa, Confissões, é único na tradição literária antiga, mas influenciou grandemente a tradição moderna da autobiografia; é uma intrigante peça de filosofia de uma perspectiva de primeira pessoa. Por causa de sua importância para a tradição filosófica da Idade Média, ele é frequentemente listado como o primeiro filósofo medieval.

Tanto a visão política do mundo de Agostinho quanto sua abordagem da guerra incorporam sua concepção de paz. De acordo com Agostinho, Deus projetou todos os humanos para viverem juntos no “vínculo da paz”. O que nos levou ao interesse de aprofundar o estudo, desenvolvendo a seguinte problemática: Qual a filosofia política de Santo Agostinho?

Quando o cristianismo se tornou o credo predominante do império sob Constantino (convertido em 312) e a única religião oficial sob Teodósio (379-395), a filosofia política mudou profundamente. Santo Agostinho Cidade de Deus (413-

426/427), escrita quando o império estava sob ataque de tribos germânicas, resume e define uma nova divisão entre igreja e estado e um conflito entre “matéria” e “espírito” resultante do pecado original e da Queda do Homem do Jardim do Éden, justificando a importância da realização do presente trabalho.

## 2. BIOGRAFIA DE SANTO AGOSTINHO

Agostinho (Aurélio Agostinho) viveu de 13 de novembro de 354 a 28 de agosto de 430. Ele nasceu em Tagaste na África Romana (moderno Souk Ahras na Argélia). Sua mãe Monica (falecida em 388), uma cristã devota, parece ter exercido uma influência profunda, mas não totalmente inequívoca, em seu desenvolvimento religioso. Seu pai Patricius (falecido em 372) foi batizado em seu leito de morte. O próprio Agostinho foi feito catecúmeno cedo em sua vida. Esperava-se que seus estudos de gramática e retórica nos centros provinciais de Madauros e Cartago, que esgotassem os recursos financeiros de seus pais de classe média, pavimentassem seu caminho para uma futura carreira na alta administração imperial. Em Cartago com a idade de 18 anos ele encontrou uma amante com quem viveu em uma união monogâmica por cerca 14 anos e que lhe deu um filho, Adeodato, que foi batizado junto com seu pai em Milão e morreu um pouco mais tarde aos 18 anos. 373 Agostinho tornou-se um “ouvinte” (auditor) do maniqueísmo, religião dualista de origem persa que, no norte da África, se desenvolveu em uma variedade de cristianismo (e foi perseguida pelo Estado como heresia) (CIFTCI, 2018).

Nasceu em Tagaste, no ano de 354. Filho de mãe cristã e pai pagão, recebeu o batismo em 371. Inicia seus estudos em Tagaste e os conclui em Cartago, onde começa seu interesse pela filosofia. Como a filosofia da época tinha forte influência maniqueísta, torna-se um defensor nato da corrente. Aos 19 anos, começa a ensinar retórica ainda em Cartago, mas graças a sua fama e facilidade em fazer amizade, vai para Roma, após dez anos de ensino em Cartago (HALLGARTH, 2021).

Aurelius Agostinus, Agostinho de Hipona ou Santo Agostinho foi um dos filósofos da filosofia patrística, considerado um dos pais ou um dos doutores da Igreja Católica. Seu período, o período patrístico, consiste no primeiro esforço de criar-se uma base teológica e doutrinária para o cristianismo, que já existia enquanto religião, mas carecia de uma doutrina que fundamentasse todo o embasamento institucional da Igreja. Agostinho é um dos responsáveis por criar esse embasamento com a sua filosofia cristã. O pai de Agostinho era pagão (algo comum na época, pois o cristianismo era recente e tinha deixado marcas problemáticas no império por conta da imagem subversiva de Jesus Cristo). Sua mãe, Mônica (mais tarde canonizada como Santa Mônica), era cristã devota.

Em sua juventude, Santo Agostinho levou uma vida frívola. Ele se tornou um seguidor da seita dos maniqueístas, que acreditava nas duas naturezas opostas, mas iguais, do bem e do mal. Eventualmente, ele ficou desiludido com eles e com o fracasso deles em corresponder às suas observações empíricas e, em particular, às da astronomia. Como resultado, ele se voltou para a filosofia de Cícero e Platão. Naquela época, Santo Agostinho, que era professor de retórica no norte da África, decidiu se mudar para Roma, onde os alunos se comportavam melhor nas aulas, embora frequentemente se esquecessem de pagar as mensalidades. Então Santo Agostinho mudou-se para a cidade de Milão, onde encontrou uma formidável autoridade da igreja – Santo Ambrósio, o arcebispo da cidade. Santo Ambrósio e sua mãe Mônica finalmente conseguiram trazer Agostinho de volta ao cristianismo. O que é mais São Agostinho decidiu dedicar sua vida inteiramente à igreja deixando assim a mulher com quem estava prestes a se casar. Voltou para o norte da África e assumiu o título de bispo na cidade de Hipona. O beato Agostinho morreu em 430 enquanto os vândalos sitiavam sua cidade.

A vida de Agostinho tem duas fases muito distintas, sendo a primeira, o período que antecede sua conversão, quando se interessa sobretudo por retórica e filosofia. Após a conversão, seu principal interesse é a Sagrada Escritura.

A produção literária de Agostinho supera em quantidade a obra preservada de quase todos os outros escritores antigos. Nas *Retractationes* (“Revisões”, um levantamento crítico de seus escritos em ordem cronológica até 428 EC) ele sugere uma divisão tripla de seu trabalho em livros, cartas e sermões (*Retractationes* 1, prólogo 1); cerca de 100 livros, 300 cartas e 500 sermões sobreviveram. A carreira literária de Agostinho após sua conversão começou com diálogos filosóficos. A primeira delas, escrita em Cassiciacum em 386/7, trata de temas tradicionais como o ceticismo (*Contra Acadêmicos*), a felicidade (*De beata vita*), o mal (*De ordine*) e a imortalidade da alma (*Soliloquia, de immortalitate animae*). Agostinho continuou a perseguir essas questões em diálogos sobre a imaterialidade da alma (*De quantitate animae*, 388), linguagem e aprendizado (*De magistro*, 388-391), liberdade de escolha e responsabilidade humana (*De libero arbitrio*, iniciado em 388 e concluído talvez até 395) e a estrutura numérica da realidade (*De música*, 388-390).

O tratado de *vera religione* (389-391) é uma espécie de *summa* da filosofia cristã primitiva de Agostinho. Após o início de sua carreira eclesiástica abandonou a forma de diálogo, talvez porque percebeu seu caráter elitista e potencialmente

enganoso. Das obras de seu sacerdócio e episcopado, muitos são escritos controversos contra os maniqueus (por exemplo, *Contra Faustum Manichaeum*, por volta de 400), os donatistas (por exemplo, *Contra litteras Petiliani*, 401-405; *De baptismo*, 404) e os pelagianos (por exemplo, *De spiritu et littera*, 412; *Contra Iulianum*, 422; *De gratia et libero arbitrio*, 424-427; e sua última e inacabada obra *Contra Iulianum opus imperfectum*, que preserva uma parte substancial do tratado *Ad Florum*, de outra forma perdido, de seu adversário pelagiano Juliano de Aeclanum) (HALLGARTH, 2021).

A filosofia do direito de Santo Agostinho constitui a transição decisiva do antigo pensamento jurídico e político clássico para a filosofia jurídica e política cristã. Seguindo certos aspectos fundamentais da tradição filosófica antiga, Santo Agostinho frequentemente trata "lei" e "ordem" como dois conceitos essencialmente sinônimos. O pensamento filosófico e jurisprudencial de Santo Agostinho pode de fato ser considerado a encruzilhada da história intelectual antiga e medieval e possivelmente a instância decisiva na transição do intelectualismo pagão para o cristão. Segundo Santo Agostinho, o estado ou corpo político é "uma multidão de seres humanos unidos por um certo laço social", isto é, pelo vínculo da concórdia, e sujeitos às mesmas leis. St. Agostinho explica a relação da ordem universal com a "ordem interior" que é característica de cada criatura ou coisa individual. Além de ser eterna e imutável, a *lex aeterna*, nas palavras de Santo Agostinho, é também "abrangente".

Seja refletido nas formas fanáticas do fascismo e do comunismo ou nas formas mais gentis do liberalismo contemporâneo, Santo Agostinho é insuperável como antídoto para essa força poderosa. Ao longo de seus extensos escritos, que incluem cerca de trezentos e cinquenta tratados, quinhentos sermões e duzentas cartas existentes, Agostinho reflete a visão judaico-cristã fundamental que nos ensina que existem absolutos morais, embora possam ser vagamente percebidos por pessoas finitas e falíveis. Ele nos instrui que o homem não é o centro e a medida de todas as coisas, mas Deus é. Ao contrário de seu Criador, o homem é, além de finito e falível, caracterizado por uma natureza que tem seu lado "mau". Por causa dessas limitações do homem sempre haverá imperfeições no mundo independentemente da estrutura das instituições humanas. Dessa perspectiva surge a percepção de que os homens nunca serão como deuses e que alguma tragédia é inerente à condição humana.

Para Agostinho a "liberdade" por si só não era suficiente. Sem autoridade moral interna e o autodomínio resultante, não poderia haver uma sociedade bem ordenada,

independentemente da forma que ela pudesse assumir. Nas palavras de Agostinho, há a necessidade de “ordem correta dentro do próprio homem”. Agostinho escreveu: “... pois a felicidade do estado não tem outra fonte senão a felicidade do homem, uma vez que o estado é meramente um grupo unificado de homens.” A busca pela “felicidade do homem” começa, como fazem todos buscando sabedoria no esquema agostiniano das coisas, com humildade.

Santo Agostinho nasceu em 354 em uma província do norte da África, parte do Império Romano. Crescer no Império Romano foi uma grande influência em seu trabalho. Ele é bem conhecido por seu ensino teológico sobre o cristianismo e desenvolveu muito de sua doutrina. Agostinho também escreveu sobre filosofia política e desenvolveu suas próprias ideias sobre o que é o estado ideal. Agostinho acredita que o governo é um ato de Deus e sua função é permitir que as pessoas tenham uma vida boa. O estado é uma parte do plano final de Deus. O tipo de governo não é importante, pois o estado desempenha seu papel para Deus. A igreja e o governo serão as instituições-chave na sociedade e cada um cuidará de diferentes funções.

Agostinho é talvez mais conhecido como um dos poucos pensadores a argumentar que mentir nunca é moralmente permissível, independentemente das circunstâncias. O robusto tratamento teórico de Agostinho sobre a mentira é, portanto, um recurso particularmente adequado para avaliar todas as circunstâncias de falsidade. Ele define uma mentira como uma “declaração falsa feita com o desejo de enganar”. Para Agostinho, a guerra é uma estratégia dentro do plano de Deus para resgatar a humanidade. Ele alega que a justiça e a misericórdia estão muito próximas do coração de Deus. No entanto, o conceito de guerra também foi usado de forma egoísta por vários indivíduos. Por causa do desejo de serem poderosos e dominar os outros, os homens se envolveram em atividades de guerra ilegais.

Em grande parte, os argumentos de Agostinho são fundados nos princípios cristãos da criação, bem como na queda e redenção do homem. Apesar do fato de que a terra foi estabelecida por um Deus amoroso e atencioso, ela acabará por passar. Como consequência, todo cristão deve viver na face desta terra como um estrangeiro enquanto espera por um mundo melhor. Aparentemente, a condenação é resultado da queda do homem e veio à existência por causa da desobediência de Adão que interferiu na ordem perfeitamente boa de Deus.

Santo Agostinho foi um hábil bispo católico de Hipona, na parte norte da África. Ele foi um escritor criativo e um dos primeiros filósofos cristãos de seu tempo. O mundo contemporâneo tem muito a aprender com a filosofia política e social de Agostinho. Aparentemente, seus pontos de vista sobre filosofia política e social fornecem uma ponte intelectual vital entre os tempos antigos e o mundo atual (CATON, 1973).

Agostinho foi um importante teólogo da igreja primitiva e, além disso, um filósofo que contribuiu enormemente para a consolidação e desenvolvimento do cristianismo primitivo. Todas as três principais denominações cristãs: Ortodoxia Oriental, Catolicismo e Protestantismo o veneram como um santo e seguem muito das ideias que ele desenvolveu em seus abundantes escritos. Um prolífico escritor Santo Agostinho deixou uma volumosa herança literária que cobria não apenas questões de fé, mas também questões de pura natureza filosófica – seu tratamento do tempo (Confissões, XI) sendo um exemplo fundamental.

Santo Agostinho sente praticamente e platonicamente a filosofia como solucionadora do problema da vida e, para ele, unicamente o cristianismo pode proporcionar uma solução integral. No pensamento de Santo Agostinho a filosofia e a teologia são indissociáveis, por isso compreende-se que interessam ao estudo da filosofia política inclusive, suas obras essencialmente teológicas e religiosas - ainda que possa causar espanto - tais como: Da Verdadeira Religião, As Confissões, A Cidade de Deus, Da Trindade, Da Mentira. Mesmo quando ele se refere a questões religiosas (CONÇEIÇÃO, 2008).

Agostinho é polissêmico quando o assunto é escrever. Escreve sobre inúmeros temas, todos ligados de alguma forma à religião. Por sua grande envergadura intelectual, consegue abranger questões que estavam mil anos ou mais à frente de seu tempo, considerando que é um autor vastamente lido atualmente.

Na obra *De civitate Dei* (1991), ele afirma: Tenho plena certeza de existir, de conhecer-me e de amar-me; e não temo os argumentos apresentados contra esta verdade pelos acadêmicos, que dizem: e se te enganas? Se me engano significa que sou, que existo. Pois, quem não existe não pode enganar-se; logo, se me engano existo. Uma vez, pois, que existo, se me engano, como posso enganar-me a respeito de minha existência, se é certo que existo pelo próprio fato de enganar-me? Portanto, eu, que me enganaria, mas que existiria mesmo na hipótese de que me enganasse, inegavelmente não me engano no conhecer a mim mesmo.

Agostinho é ainda considerado uma figura influente na história da educação. Uma das primeiras obras dos escritos de Agostinho é *De Magistro* (Sobre o Professor), que contém ideias sobre educação. Suas ideias mudaram conforme ele encontrou melhores direções ou melhores maneiras de expressar suas ideias. Nos últimos anos de sua vida, Agostinho escreveu suas *Retractationes* (Retratações), revisando seus escritos e melhorando textos específicos.

Agostinho é uma figura crucialmente importante na história cristã que continua sendo um guia útil para nutrir uma imaginação política distintamente cristã. Ele viveu em uma época tumultuada da história: o início da cristandade e o início do fim do império romano. Ele viveu em uma época de mudanças nas atitudes populares em relação aos cristãos e em uma época em que um império que antes parecia inevitável e eterno revelou sua fragilidade. Esse sentimento de instabilidade, de mudança de atitudes culturais em relação aos cristãos, de instituições inevitáveis desmoronando inesperadamente - isso pode não parecer muito estranho para nós hoje.

O teólogo e bispo de Hipona é frequentemente lembrado por seu relativo pessimismo sobre a autoridade secular: em comparação com outros cristãos apreendidos por visões triunfalistas do governo cristão na terra após a conversão do imperador Constantino, Agostinho era realista sobre o poder do governo humano de afetar mudanças positivas. Ele acreditava, como muitos pais da igreja, que o governo humano era uma medida corretiva de Deus para restringir o pecado no mundo - e, portanto, limitado em sua autoridade e potencial. No entanto, apesar de suas baixas expectativas para o governo humano, Agostinho estava pessoalmente engajado politicamente. Ele escreveu cartas a autoridades pedindo contra a pena de morte, mesmo para aqueles que perseguiram os cristãos; ele elogiou o oficial Macedônio por seu desejo pela cidade celestial como uma motivação adequada para o bom trabalho na terra; e dedicou a Cidade de Deus a outro funcionário do governo, Marcelino. Em suas cartas e sermões, ele descreve os deveres cívicos dos líderes não em contraste com sua fé, mas em profunda conexão com ela. A teologia, o pastoreio e a vida do próprio Agostinho representam uma tensão crucial para os cristãos ao longo da história.

Agostinho estava profundamente ciente de que nenhum trabalho político terreno jamais se aproximaria da glória do vindouro reino de Deus e, no entanto, estava interessado em trabalhar para obter vislumbres fugazes dele. Tanto sua

autobiografia espiritual, Confissões , quanto sua monumental obra teológica, Cidade de Deus , habitam o tempo intermediário: o intermediário de um cristão que ainda luta contra desejos pecaminosos enquanto aguarda o cumprimento da redenção e o intermediário de um mundo dividido por desejos rebeldes. enquanto aguarda a vinda da redenção da criação.

### 3. A FILOSOFIA POLÍTICA DE SANTO AGOSTINHO

As visões políticas e sociais de Agostinho fluem diretamente de sua teologia. O contexto histórico é essencial para entender seus propósitos. Agostinho, mais do que qualquer outra figura do final da antiguidade, situa-se na interseção intelectual do cristianismo, filosofia e política. Como clérigo cristão, ele assume a tarefa de defender seu rebanho contra o ataque incessante de heresias geradas em uma era desinformada pelas revelações divinas imediatas que caracterizaram a era apostólica. Como filósofo, ele situa seus argumentos no contexto da filosofia grega na tradição platônica, particularmente formulada pelos neoplatônicos de Alexandria. Como cidadão romano proeminente, ele entende que o Império Romano é o meio divinamente ordenado pelo qual as verdades do cristianismo devem ser difundidas e protegidas.

Para Loriaux (1992) o pensamento político de Santo Agostinho contribuiu, principalmente através dos escritos de Reinhold Niebuhr, para o desenvolvimento do realismo político no século XX. Agostinho e o realista compartilham um ceticismo fundamental em relação às perspectivas de progresso moral e político. É esse ceticismo que é o atributo característico e mesmo definidor do pensamento realista. Mas o realismo de Agostinho é mais radical que o do moderno. O realismo moderno assume uma certa psicologia estilizada que permite ao realista retratar a política mundial como uma arena de interação estratégica. O ceticismo mais radical de Agostinho duvida da possibilidade de uma ação estratégica racional. No entanto, com base nesse ceticismo mais radical, Agostinho demonstra a possibilidade e a necessidade de ação moral em um mundo realista.

Agostinho nunca escreveu nenhum tratado sistemático sobre política à maneira de Platão ou Aristóteles. Mas ele escreveu *A Cidade de Deus*, obviamente um tratado, mesmo no nome, com conotações platônicas e políticas. Sem dúvida, a questão do lugar de Agostinho na filosofia política implica seu lugar na própria filosofia. Em suas *Confissões*, Agostinho conta como, quando jovem, foi lançado a uma reflexão sobre filosofia. Numa passagem que nunca deixa de impressionar o plácido leitor com grande força, Agostinho conta como se deparou com o ensaio de Cícero, Hortêncio. O jovem Agostinho captou de Cícero o encanto da busca da verdade pela verdade. Posteriormente, ele nunca mais foi o mesmo; sua vida ganhou uma nova dimensão.

Em certo sentido, Agostinho pode ser considerado o verdadeiro filho a quem Cícero dedicou seu *Sobre os deveres.*, esse maravilhoso presente final de sua filosofia para aquele filho que o lia com atenção. Agostinho, cerca de quatrocentos anos depois, era muito mais seu filho espiritual do que o filho real de Cícero, Marcus, estudando filosofia ao acaso em Atenas.

Do ponto de vista agostiniano, a função primária do governo é manter a boa ordem interna da sociedade, proteger contra inimigos externos e, assim, permitir que os homens ordenem suas próprias vidas com tranquilidade e previsibilidade. Ao manter esta inquietante e terrena “paz da Babilônia”, os governos devem resistir à tentação sempre presente de ser o promotor e provedor da boa vida, pois isso significa inexoravelmente que o governo se tornará o duro capataz dos utópicos. Nesse ponto crucial, Agostinho está em desacordo com os construtores utópicos dos Estados clássico e moderno.

Tanto a visão de mundo político de Agostinho quanto sua abordagem da guerra incorporam sua concepção de paz. De acordo com Agostinho, Deus projetou todos os humanos para viverem juntos no “vínculo da paz”. No entanto, o homem caído vive em sociedade de acordo com a vontade divina ou se opondo a ela. As teorias de Agostinho sobre o governo foram elaboradas a partir dos conflitos políticos e das realidades de sua época.

Agostinho nunca prescreveu uma forma particular de governo, ao contrário, o tema difundido ao longo de suas obras é que qualquer que seja a forma que assumir, sua função principal era garantir a tranquilidade doméstica e proteger contra inimigos externos, para que os indivíduos fossem livres para ordenar suas próprias vidas.

Bourke (1931) explica que desde o início, vemos algo importante na cosmovisão filosófica de Santo Agostinho: o mundo é imperfeito. Mesmo aqueles que se esforçam para viver na Cidade de Deus devem enfrentar as realidades de um mundo imperfeito. O melhor que podem fazer é lutar pela justiça, um ideal agostiniano último. A verdadeira justiça define a Cidade de Deus, mas as cidades terrenas devem ser tão justas quanto possível, considerando as realidades imperfeitas de suas vidas. Como Santo Agostinho escreveu uma vez: "Remova a justiça, e o que são os reinos senão gangues de criminosos em grande escala?"

Assim, os estados políticos são imperfeitos, mas servem a um propósito maior. Ao criar leis e manter a ordem, eles servem a um mandato divino para proteger

a humanidade do caos. Os governantes, portanto, têm o direito natural de criar leis e punir os infratores, e os cidadãos têm a obrigação natural de obedecer absolutamente a seus governantes. Mas e se o governante for injusto? Os cidadãos ainda devem obedecer, mas não devem contradizer as leis de Deus. Se uma lei terrena contradiz uma lei celestial, os humanos devem quebrá-la, mas ainda devem aceitar a punição terrena por fazê-lo. Agostinho não apenas adverte sobre as limitações do governo terreno, ele é especialmente relevante ao nos lembrar que, devido ao valor moral transcendente de cada pessoa aos olhos de Deus, nenhum governo pode exigir a submissão completa do corpo e da alma, pois os governos não são Deus. Isso contribui para um inoculante indispensável contra o estatismo moderno.

No estado de Agostinho, os líderes do estado seriam cristãos. A escolha de quem vai liderar depende do estilo de governo. Os líderes, entretanto, devem ser cristãos. Se fosse uma monarquia, o monarca seria uma seleção hereditária, porém a família real deveria manter uma imagem de que são representantes de Deus. Agostinho também afirma que a ordem é essencial, pois permite que os indivíduos mantenham um bom foco espiritual e estejam bem conectados com o criador. A existência de um governo estadual estável é, portanto, um requisito obrigatório para que as pessoas desfrutem de um relacionamento saudável com Deus. Entre outras coisas, o estado é responsável por criar leis para garantir que as pessoas ajam moralmente. Também promove paz, justiça e misericórdia para todos. É imperativo que o Estado permaneça estável e evite qualquer forma de perturbação para que a eficácia seja alcançada. Na opinião de Agostinho, o estado não deveria interferir nas operações da igreja. Indiscutivelmente, a principal agenda de qualquer estado deveria ser lidar com questões seculares, deixando a igreja lidar com questões de espiritualidade.

Agostinho alega ainda que nenhum estado pode ser considerado como um verdadeiro estado de comunidade sem defender a justiça absoluta. Indiscutivelmente, é impossível que a justiça prevaleça sem a devida adoração a Deus. Da mesma forma, um ambiente saudável não pode existir em um estado onde Cristo não é considerado o Rei. É responsabilidade exclusiva dos líderes garantir que quaisquer leis promulgadas não contradigam os ensinamentos de Deus. A desobediência civil deve ser evitada por todos os cidadãos. Independentemente de sua posição moral, os líderes devem ser respeitados por todos os cidadãos. No entanto, os indivíduos devem escolher obedecer a Deus em vez das autoridades estatais no caso de conflito.

Quando um indivíduo é considerado culpado, ele ou ela deve estar disposto a aceitar a punição por ser desobediente. Agostinho então sugere que os governos estaduais devem envolver ativamente os líderes cristãos para promover uma mudança genuína entre os cidadãos.

Segundo Raeder (2003) Agostinho argumenta que nenhum estado é justo. Isso ocorre porque os homens geralmente se opõem a ações que visam construir uma sociedade justa. Consequentemente, é impossível para o Estado resolver completamente o problema do livre-arbítrio ou mudar as tendências humanas. Segundo Agostinho, são os ensinamentos de Cristo que podem ajudar a promover a justiça e a equidade. Embora as autoridades estatais sejam geralmente inconsistentes no que diz respeito à aplicação da justiça, a palavra e a promessa de Deus nunca mudam.

Agostinho, de fato, não nega as distinções clássicas entre as diferentes formas de governo - monarquia, aristocracia, política, democracia, oligarquia e tirania, juntamente com misturas delas. Agostinho não nega que algumas formas de governo são melhores que outras. Roma era melhor do que Cartago, para não mencionar melhor do que os bárbaros invasores, embora esses bárbaros eventualmente se tornassem cristãos e bons romanos. O conselho de Agostinho para aqueles que estão presos em maus regimes é que as coisas mais elevadas ainda são possíveis para eles, mas na Cidade de Deus. Ou seja, não há uma correlação de um para um entre o destino dos seres humanos e o tipo de cidade em que eles realmente viveram. O homem é por natureza um animal social, mas a sociedade à qual ele está destinado não é uma política à maneira das cidades existentes. Por outro lado, Agostinho pensava que viver corretamente e almas corretamente ordenadas produziriam inevitavelmente uma ordem pública mais próspera e mais nobre. De fato, em A Cidade de Deus, ele continuamente apontava para os políticos e filósofos romanos que eram os cristãos que serviam no exército e obedeciam às leis do Império. Assim, a própria espinha dorsal do Império não dependia dos romanos pagãos, mas da virtude dos cristãos (SCHALL, 1994).

Santo Agostinho busca a construção de uma moral política fundada numa utopia: a da fé cristã que almeja e que luta por um mundo mais justo do que o da sociedade. Para ele, o amor tudo rege: "Aquele que te fez, te exige todo". A premissa de toda a ação e de toda a existência está medida neste apelo: "Ama e faz o que queres". A filosofia política de Santo Agostinho é uma filosofia de tempos difíceis.

Santo Agostinho apenas ocasionalmente utilizou a expressão “filosofia cristã”; mas certamente não suspeitava de nenhuma contradição nos termos (como foi feito no período neoescolástico); talvez ela devesse parecer-lhe tautológica.

Na visão agostiniana e de pastor católico, a política é algo importante para que a sociedade possa viver em ordem e que seus princípios possam ser cautelosos de acordo com a experiência das próprias urbes. Sendo que os que regem e governam possam dispor de ações para o bem comum onde todos possam se sentir pertencente a ela e gozar dos serviços prestados. A função de Agostinho no âmbito político não sugere ocupar-se com problemas sobre o materialismo em si, mas ir, além disso. Como o ser humano é um todo, torna-se necessário que a política deva se esforçar para proporcionar aos cidadãos na pátria terrena condições sobre o qual encaminhe às práticas da fé e de uma busca ao Deus da verdade. Mas, sob outro ponto de vista, essa alusão nunca chegará numa autêntica veracidade social, afinal muitos não creem ou a querem buscar. Entretanto, onde não há Deus, não há paz temporal, e onde não há paz temporal, há impossibilidade de tornar Deus possível (PEREIRA; ALVES, 2021). O pensamento político de Santo Agostinho costuma ser interpretado pelos leitores modernos como sugerindo que a política é baseada no pecado. Em Agostinho e a política como saudade no mundo, John von Heyking (2001) mostra que Agostinho, na verdade, considerava a vida política um bem substantivo que preenche um desejo humano. O pensamento político de Santo Agostinho costuma ser interpretado pelos leitores modernos como sugerindo que a política é baseada no pecado. Em Agostinho e a política como saudade do mundo, Agostinho realmente considerava a vida política um bem substantivo que satisfaz um anseio humano por uma espécie de totalidade.

Em vez de mostrar Agostinho apoiando a dominação da política pela igreja cristã, von Heyking argumenta que ele tinha uma visão mais sutil da relação entre religião e política, que preserva a independência da vida política. E enquanto muitos veem sua política como baseada em uma ética de lei natural ou em uma em que a autoridade é conferida por revelação direta, Agostinho manteve uma compreensão da ética política que enfatiza a sabedoria prática e o julgamento de um modo que se assemelha mais a Aristóteles do que a Maquiavel.

Agostinho tem claro que o homem é um ser concreto que vive em meio aos bens materiais, por isso, a virtude e o vício estão diretamente implicados na forma como o homem se relaciona com estes objetos. Nesse sentido, que a longa e profunda

abordagem histórica de “*De Civitate Dei*”, resume-se em “uma doutrina ético-moral e ascética que mostrará aos homens como viver neste mundo em meio aos bens”.

Como Agostinho considera as escrituras cristãs como a pedra de toque contra a qual a filosofia - incluindo a filosofia política - deve ser testada, sua visão de mundo inclui necessariamente os princípios cristãos da Criação, da Queda do homem e da Redenção. Em total contraste com os filósofos pagãos que o precederam — que viam o desenrolar da história como um fenômeno cíclico, Agostinho concebe a história em termos estritamente lineares, com começo e fim. De acordo com Agostinho, a terra foi trazida à existência ex nihilo por um Deus perfeitamente bom e justo, que criou o homem. A terra não é eterna; a terra, assim como o tempo, tem um começo e um fim.

O homem, por outro lado, foi criado para durar eternamente. A danação é o justo deserto de todos os homens por causa da Queda de Adão, que, tendo sido criado com livre arbítrio, escolheu romper a ordem perfeitamente boa estabelecida por Deus. Como resultado da Queda de Adão, todos os seres humanos são herdeiros dos efeitos do pecado original de Adão, e todos são vasos de orgulho, avareza, ganância e interesse próprio. Por razões conhecidas apenas por Deus, Ele predestinou um número fixo de homens para a salvação (como uma demonstração de Sua misericórdia imerecida - um ato puramente gratuito e totalmente independente até mesmo da presciência de Deus de quaisquer boas ações que esses homens possam fazer enquanto estiverem na terra).

Dentro dessa estrutura de sistemas políticos e legais, o estado é uma punição divinamente ordenada para o homem caído, com seus exércitos, seu poder de comandar, coagir, punir e até mesmo condenar à morte, bem como suas instituições como a escravidão e a propriedade privada. Deus molda os fins últimos da existência do homem por meio dela. O estado serve simultaneamente aos propósitos divinos de castigar os ímpios e refinar os justos. Também simultaneamente, o estado constitui uma espécie de remédio para os efeitos da Queda, na medida em que serve para manter o mínimo de paz e ordem possível para o homem caído desfrutar no mundo atual possível (PEREIRA; ALVES, 2021).

A noção agostiniana de justiça inclui o que em sua época era uma definição bem estabelecida de justiça de “dar a cada homem o que lhe é devido”. No entanto, Agostinho fundamenta sua aplicação da definição em compromissos filosóficos distintamente cristãos: “justiça”, diz Agostinho, “é o amor servindo apenas a Deus e, portanto, governando bem tudo o mais”. Consequentemente, a justiça se torna a

distinção crucial entre estados políticos ideais (nenhum dos quais realmente existe na terra) e estados políticos não ideais – o status de todos os estados políticos na terra. Por exemplo, o Império Romano não poderia ser sinônimo de Cidade de Deus precisamente porque carecia da verdadeira justiça definida acima; e visto que “onde não há justiça não há comunidade”, Roma não poderia ser verdadeiramente uma comunidade, isto é, um estado ideal. “Remova a justiça”, pede Agostinho retoricamente, “e o que são reinos senão gangues de criminosos em grande escala? O que são gangues criminosas senão pequenos reinos?” Nenhum estado terreno pode alegar possuir justiça verdadeira, mas apenas alguma justiça relativa pela qual um estado é mais justo do que outro. Da mesma forma, a legitimidade de qualquer regime político terrestre pode ser entendida apenas em termos relativos: o imperador e o pirata têm domínios igualmente legítimos se forem igualmente justos (SCHALL, 1994).

Agostinho mostra-se extremamente crítico com relação à política de sua época, fazendo, de certa maneira, uma distinção entre uma “crítica política” e uma “dissidência política”. A “crítica política” de Agostinho não visa necessariamente à intervenção e ação. A “dissidência política” seria uma manifesta violência contra oficiais públicos ou o Estado. É necessário, nesse contexto, compreender a teologia agostiniana subjacente: a autoridade civil não tem o poder por si mesma; há uma ordem divina atrás da autoridade civil. A autoridade legitimamente constituída deve ser respeitada e obedecida.

Embora Agostinho certamente não se considerasse um filósofo político ou socia, percebe-se o registro de seus pensamentos sobre temas como a natureza da sociedade humana, a justiça, a natureza e o papel do estado, a relação entre igreja e estado, guerra justa e injusta e paz, todas desempenharam seu papel na formação da civilização ocidental. Há muito em sua obra que antecipa temas importantes nos escritos de modernos como Maquiavel, Lutero, Calvino e, em particular, Hobbes. A disposição de Agostinho de lidar com questões políticas e sociais substantivas não significa, entretanto, que a apresentação de suas ideias venha pré-embalada como um sistema simples — ou mesmo como um sistema. Muito pelo contrário, seus argumentos políticos estão espalhados por seus volumosos escritos, que incluem autobiografia, sermões, exposições, comentários, cartas e apologética cristã. Além disso, os contextos em que as questões políticas e sociais são abordadas são

igualmente variados. Politicamente, Agostinho era mais monarquista e (ocasionalmente) teocrata do que liberal, e certamente nunca defendeu a democracia

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seguindo a abordagem de Agostinho, é possível concluir que Deus predestina cada evento durante a vida do homem na terra. Sem dúvida, nada acontece contra o desígnio divino de Deus para o ser humano. Como resultado, o destino do homem é predestinado. Aparentemente, os pensamentos de Agostinho tiveram um longo efeito na civilização ocidental. Agostinho foi um praticante implacável e devoto cuja produção e diversidade permanecem uma marca distinta na sociedade atual.

É surpreendente que o pensamento político contemporâneo tenha dado relativamente pouca atenção a Santo Agostinho. Ao avaliar o potencial para um “governo mundial”, a perspectiva agostiniana é inestimável. Agostinho não tem ilusões sobre a utopia do estado mundial. Ele é prudente, cauteloso e contido. Agostinho manteve uma compreensão da ética política que enfatiza a sabedoria prática e o julgamento de um modo que se assemelha mais a Aristóteles do que a Maquiavel.

Em suma, o estado é uma instituição imposta ao homem caído para seu benefício temporal, mesmo que a maioria dos homens não se beneficie disso em última instância, à luz de sua predestinação à condenação. No entanto, se alguém conseguir deixar de lado a doutrina da predestinação de Agostinho, encontrará em seus escritos um relato descritivo extremamente valioso da psicologia do homem caído, que pode levar o leitor a uma distância muito grande no entendimento das interações sociais entre homens e nações. Embora a doutrina da predestinação seja indispensável para a compreensão da teologia de Agostinho, sua proeminência não impede que alguém colha valor de sua avaliação do estado do homem e de suas relações políticas e sociais na caída “cidade terrena”, à qual todos pertencem ou com que eles têm contato inevitável.

Qualquer pessoa com um conhecimento superficial de política sabe que os valores mais profundos de um povo - seus valores religiosos - são o que determina se uma sociedade irá prosperar ou fracassar. E qualquer pessoa com um conhecimento mais do que superficial da história sabe que houve uma vez uma entidade chamada Cristandade - uma sociedade política conscientemente em obediência a uma visão totalmente cristã da vida. Agostinho pode nos encorajar a fomentar nossa criatividade em vez de aprimorar nossas estratégias políticas. Se quisermos viver na tensão entre o pessimismo político e o engajamento fiel, precisamos que nossa imaginação política seja ampliada além das restrições do pensamento político mundano. Em vez de deixar

as conversas políticas para trás com a temporada de eleições, temos a responsabilidade de começar o trabalho de formação agora - contando belas histórias de florescimento humano, confessando nosso quebrantamento com a esperança de redenção e fazendo o trabalho político diário de amar nosso próximo.

## REFERÊNCIAS

AUGUSTINE, Saint et al. **Augustine: The city of god against the pagans.** Cambridge University Press, 1998.

AGOSTINHO. A Cidade de Deus. v.1 e v.2. Petrópolis: Vozes, 2012.

BOFF, Clodovis M. Santo Agostinho de Hipona e a pastoral da libertação. Revista Eclesiástica Brasileira (REB), Petrópolis, v. 43, n. 170, p. 292-318, 1983

BRANDÃO, Ricardo Evangelista; COSTA, Marcos Roberto Nunes. Agostinismo político: a apropriação dos textos agostinianos no De ecclesiastica potestate de Egídio Romano. **Perspectiva Filosófica**, v. 2, p. 40, 2013.

BIGNOTTO, Newton. O conflito das liberdades: Santo Agostinho. **Síntese: Revista de Filosofia**, v. 19, n. 58, 1992.

BOURKE, Vernon J. The Political Philosophy of St. Augustine. In: **Proceedings of the American Catholic Philosophical Association.** 1931. p. 45-55.

CAMPOS FILHO, José Carlos Pires de et al. Os pressupostos filosóficos do estado ético-jurídico na obra A cidade de Deus de Santo Agostinho. 2012.

CATON, Hiram. St. Augustine's Critique of Politics. **The New Scholasticism**, v. 47, n. 4, p. 433-457, 1973.

CIFTCI, Mehmet. Saint Augustine and the theological critique of ideology. **New blackfriars**, v. 99, n. 1079, p. 20-29, 2018.

DA CONCEIÇÃO, Gilmar Henrique. A filosofia política de Santo Agostinho: algumas aproximações. **Tempo da Ciência**, v. 15, n. 30, p. 89-106, 2008.

DEANE, Herbert A. The political and social ideas of St. Augustine. In: **The Political and Social Ideas of St. Augustine.** Columbia University Press, 1963.

JOÃO, Antonio Augusto. **Santo Agostinho**. Clube de Autores, 2015.

JULIÃO, José Nicolao. Tempo e História em Santo Agostinho. **Veritas (Porto Alegre)**, v. 63, n. 2, p. 408-435, 2018.

LAMB, Michael. Beyond Pessimism: A Structure of Encouragement in Augustine's City of God. **The Review of Politics**, v. 80, n. 4, p. 591-624, 2018.

LORIAUX, Michael. The realists and Saint Augustine: Skepticism, psychology, and moral action in international relations thought. **International Studies Quarterly**, v. 36, n. 4, p. 401-420, 1992.

HALLGARTH, Matthew W. Augustine's Principled Realism. In: **Augustine in a Time of Crisis**. Palgrave Macmillan, Cham, 2021. p. 323-342.

PEREIRA, Adriano José Gomes; ALVES, Alessandro Cavassin. A POLÍTICA EM SANTO AGOSTINHO E AS NOVAS REALIDADES SOCIAIS DO MUNDO CONTEMPORÂNEO. **Helleniká-Revista Cultural**, v. 3, n. 3, p. 9-23, 2021.

PIRATELI, Marcos Roberto. **A igreja como locus ideal de formação: Na problemática antidonatista de Santo Agostinho**. Paco e Littera, 2020.

RAEDER, Linda C. Augustine and the case for limited government. **Humanitas**, v. 16, n. 2, p. 94-106, 2003.

SANTOS, Roberg Januário; BARROS, Lucilvana Ferreira. SANTO AGOSTINHO E A DECADÊNCIA ROMANA: RECEPÇÕES CLÁSSICAS E FUNDAMENTAÇÃO DO PENSAMENTO CRISTÃO NO OCIDENTE. **Revista Labirinto (UNIR)**, v. 20, p. 184-202, 2014.

SCHALL, James V. On the place of Augustine in political philosophy: A second look at some Augustinian literature. **The Political Science Reviewer**, v. 23, p. 128, 1994.

VON HEYKING, John. **Augustine and Politics as Longing in the World**. University of Missouri Press, 2001.